

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	5
<i>Análise e síntese da execução orçamental</i>	5
<i>Equilíbrio Orçamental</i>	5
<i>Análise da Receita</i>	6
Execução anual e Evolução	6
Estrutura da Receita	8
<i>Análise da Despesa</i>	10
Execução anual e Evolução	10
Tipologia	12
2 - DÍVIDAS A FORNECEDORES E AO ESTADO	14
3 – ANÁLISE AO BALANÇO	14
4 – ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	16
5 – ENDIVIDAMENTO	17
6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	18
7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	18
8 – NOTA FINAL	18

INTRODUÇÃO

A crescente democratização das sociedades exige hoje uma boa administração e uma gestão pública com ênfase no processo de avaliação e responsabilização permanente dos agentes públicos, na transparência e na comunicação das decisões gestonárias sobre dinheiros públicos.

O Relatório de Gestão da União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim, é um documento que demonstra a situação económica relativa ao exercício de 2023, reflete o grau de execução dos documentos previsionais, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia.

Em 2015 foi aprovado o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, cuja implementação apenas se veio a verificar nas autarquias a partir do ano 2020. Este Decreto-Lei estabelece no seu preâmbulo que o SNC-AP se propõe resolver «a fragmentação e as inconsistências atualmente existentes e dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional». Assim, um dos objetivos da implementação do SNC-AP foi alcançar e fomentar a harmonização contabilística em Portugal.

O SNC-AP inclui uma base tridimensional da Contabilidade, mais especificamente, Financeira, Orçamental e de Gestão e apresenta uma estrutura conceptual própria, que visa permitir uma harmonização da contabilidade pública.

O SNC-AP e a chamada Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) compõem um novo modelo de governação da administração pública, que vem acrescentar novas exigências de 'accountability', maior transparência e maior controlo financeiro.

Os documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2023 estão elaborados segundo as regras e princípios definidos no SNC-AP para as 'pequenas entidades' (aquelas entidades que, integrando o âmbito do SNC -AP, apresentem nas duas últimas prestações de contas um montante global de despesa orçamental paga superior a 1.000.000 € mas inferior a 5.000.000 €), nomeadamente a Estrutura

Conceptual (EC), a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27), a Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26), a Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) e a Norma de Contabilidade Pública 10 (NCP 10) e apresentados em conformidade com o estabelecido pelo Tribunal de Contas.

Estes documentos de prestação de contas estão também em conformidade com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, perspetivando o controlo político da Assembleia de Freguesia, estão em consonância com a alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do referido regime. Estão ainda sujeitos ao controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e ao controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas em SNC-AP contemplam:

O **Relatório de Atividades** de 2023 e este **Relatório de Gestão**, ambos em conformidade com a NCP 27, que consiste na narrativa das atividades da autarquia, em consonância com a sua missão e objetivos nos mais diversos domínios. No Relatório de Gestão são relatadas as questões, transações e eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras, explicando-se a respetiva influência sobre as mesmas, onde se inclui a explicação sobre o apuramento do resultado líquido do exercício e a proposta da sua aplicação;

As **Demonstrações Orçamentais 2023**, em conformidade com a NCP 26, que se traduzem numa representação estruturada da execução e desempenho orçamental da autarquia proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos, contendo como principais demonstrações orçamentais de relato:

- Demonstração de desempenho orçamental, Demonstração de execução orçamental da receita, Demonstração de execução orçamental da despesa, Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e Anexo às demonstrações orçamentais;

As **Demonstrações Financeiras 2023**, em conformidade com a NCP 1, dando a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da autarquia, com base, em informações sobre os seus ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos, outras alterações no património líquido e fluxos de caixa, contendo como principais demonstrações financeiras:

- Balanço, Demonstração dos resultados por natureza, Demonstração das alterações no património líquido, Demonstração de fluxos de caixa e Anexo às demonstrações financeiras;

Outros Documentos 2023, integrando os Mapas modelo para o Tribunal de Contas, as Certidões de Receita, Responsabilidades de Crédito, Extratos bancários e Mapas no âmbito da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso);

O **Inventário 2023** dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia, em conformidade com a NCP 10 que deverá ser alvo de aprovação pela Junta de Freguesia e apreciação pela Assembleia de Freguesia.

Segue-se uma análise do desempenho e evolução económica e financeira da autarquia com os mapas e gráficos ilustrativos.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

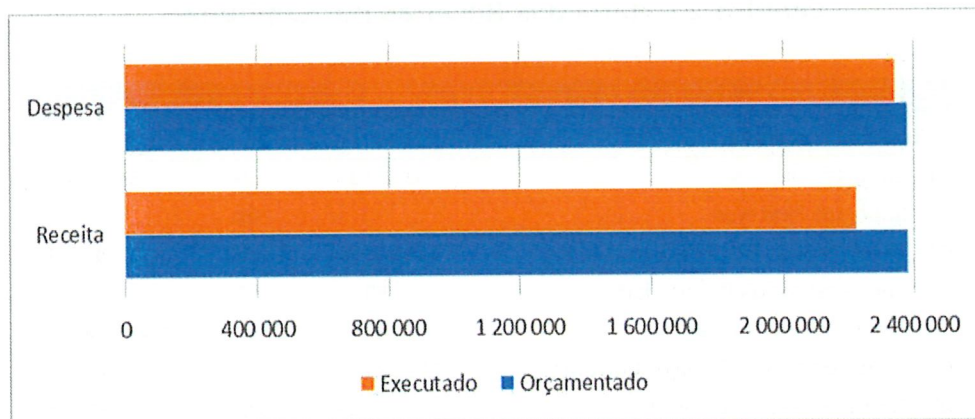
A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento de despesas previstas no Orçamento desta Autarquia.

1.1 SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Quadro 1 reflete, em síntese, os resultados da Execução Orçamental, em 2023, comparativamente ao inicialmente previsto em Orçamento.

Quadro 1 - Execução Orçamental *versus* Orçamento Inicial

	Previsão Inicial Orçamento 2023	Execução Orçamental	Diferencial	% Execução
Total Receitas	2 379 310,00	2 222 944,34	-156 365,66	93%
Total Despesas	2 379 310,00	2 341 826,97	-37 483,03	98%



Da análise o Quadro 1 conclui-se que a percentagem de execução do Orçamento da Receita (relativamente ao Orçamento Inicial) corresponde a cerca de 93 %, que corresponde ao valor de **2.222.944,34€**. O total das receitas arrecadadas foi inferior ao que estava inicialmente previsto em (-) 156.365,66 €, sendo que este decréscimo de receita está associado a quase todos os grupos que a compõem, especialmente às 'Transferências Correntes' – (-) 126.000 €) - relacionados com os projetos europeus cofinanciados e com o IEFP. Também estava previsto a contração de um empréstimo de curto prazo para necessidades conjunturais de tesouraria que acabou por não ser necessário (- 50.000 €).

No que se refere ao Orçamento da Despesa, a sua execução, em termos de pagamentos, foi na ordem dos **2.341.826,97 €**, o que corresponde a 98 % do total das despesas inicialmente orçamentado. O diferencial, na Despesa cifrou-se nos (-) 37.483,03 € euros que se explica, desde logo, pelo agrupamento das 'Transferências Concedidas' que ficaram aquém do inicialmente previsto (- 61.400 €).

Nos pontos seguintes deste Relatório, proceder-se-á a uma análise mais detalhada da Execução Orçamental da Receita e da Despesa.

1.2 ANÁLISE DA RECEITA

As Receitas são o montante total em recursos recolhidos pela Autarquia e que serão incorporados no seu património. Essas receitas servem para custear as suas despesas correntes, as atividades desenvolvidas e as suas necessidades de investimento.

O Quadro 2 serve para mostrar quais são os grandes grupos da receita, quais os valores arrecadados em cada um deles em 2023 e o seu peso percentual.

Quadro 2 - Mapa das Receitas por Capítulos

RECEITAS	2023	%	2022
Receitas Correntes			
01 - Impostos Diretos	62 857,16	3%	64 114,62
02 - Impostos Indiretos	-	0%	-
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	125 378,75	6%	122 985,80
05 - Rendimentos da Propriedade	940,87	0%	0,47
06 - Transferências Correntes	1 850 143,15	83%	1 490 086,57
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	182 904,41	8%	93 359,72
08 - Outras Receitas Correntes	720,00	0%	16 271,50
Total Receitas Correntes	2 222 944,34	100%	1 786 818,68
Receitas de Capital			
09 - Venda de Bens de Investimento	-		-
10 - Transferências de Capital	-		-
11 - Ativos Financeiros	-		-
12 - Passivos Financeiros	-		45 000,00
Total Receitas Capital			45 000,00
Total	2 222 944,34	100%	1 831 818,68

- O Capítulo principal da Receita arrecadada é o das "Transferências" com um 'peso' de na ordem dos 83 % equivalentes em 2023 a **1.850.143,15** euros vindo a seguir o

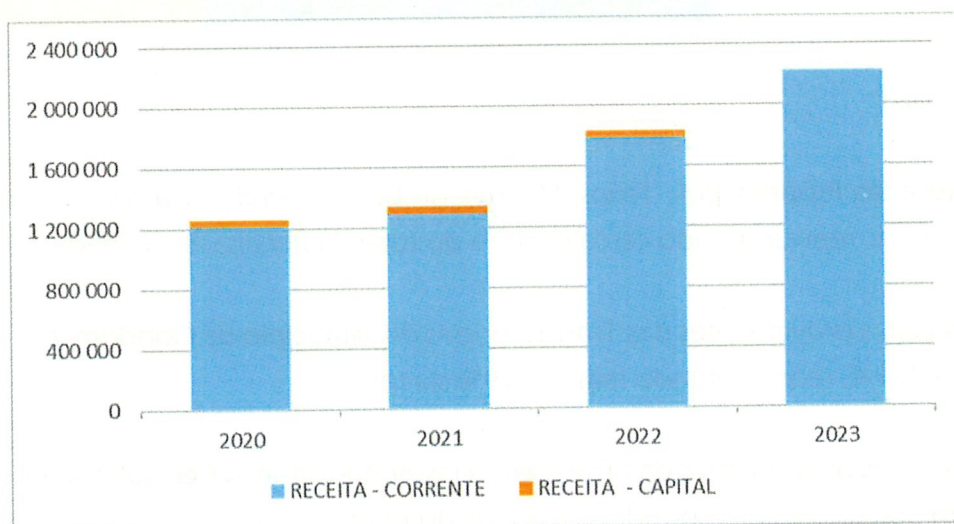
capítulo da **Vendas de Bens e Serviços** que representam 8% com um registo no valor de **182 904,41 €**.

- No capítulo das Receitas **'Transferências' recebidas**, as **'Transferência de Competências'** foram as que registaram maior valor (567.691 €). Depois vêm as **'Transferências do Estado'** com um registo de 560.021 €. Já os **'Projetos cofinanciados por fundos europeus'** valeram 122.763 €, as transferências do IEPF situaram-se nos 150 567 € e o Município de Gondomar delegou competências no valor de 418.209 €.
- Quanto às **'Vendas de Bens e Serviços'** registamos um forte acréscimo (+ 91.773,44 €), a maior parte relacionada com a dinâmica acrescida nas atividades da USG (Universidade Sénior de Gondomar) que geraram receitas significativas.

No Quadro 3 espelhamos a evolução do volume de receita arrecadada no quadriénio conforme a sua tipologia – receitas correntes e receitas de capital.

Quadro 3 – Tipologia da Receita no quadriénio

	2020	2021	2022	2023
Receitas Correntes	1 214 050,52	1 285 751,77	1 786 818,68	2 222 944,34
Receitas Capital	42 021,83	48 611,78	45 000,00	0,00
Total Receitas	1 256 072,35	1 334 363,55	1 831 818,68	2 222 944,34



- As Receitas arrecadadas pela Autarquia durante o ano de 2023 atingiram o valor de **2.222.944,34 €**. Este valor fica acima do registado no ano anterior (2022) em (+)

391.125,66 euros, correspondentes a uma subida de aproximadamente 24,5 % no valor total da Receita liquidada.

- Este acréscimo de Receita arrecadada em 2023 está em larga medida associado a um forte aumento no valor das diferentes 'Transferências' recebidas (+360.056,58 €). Este diferencial está, desde logo, relacionado com o valor recebido relativo à chamada 'Transferência de Competências' (limpeza urbana) que em 2022 apenas se tornou efetiva a partir de Agosto e em 2023 já abrangeu o ano inteiro.

1.2.1 - ESTRUTURA DA RECEITA

Com o quadro 4 pretende-se evidenciar a 'Estrutura' da Receitas pelos seus grandes Grupos.

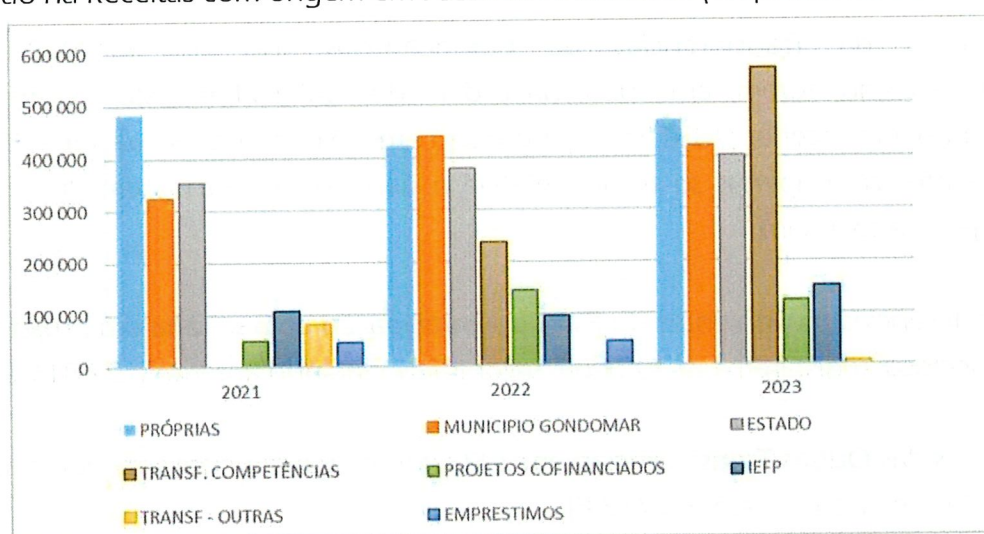
Quadro 4 – Mapas da Estrutura das Receitas

	2021		2022		2023	
Próprias	229 581	17%	296 546	16%	374 261	17%
Município Gondomar	324 151	24%	439 489	24%	418 209	19%
Administração Central	518 026	39%	547 567	30%	560 021	25%
Transferência Competências	0	0%	236 538	13%	567 691	26%
Projetos cofinanciados	50 247	4%	145 577	8%	122 763	6%
IEFP	106 959	8%	95 382	5%	150 567	7%
Outras Transferências	60 401	5%	25 720	1%	29 432	1%
Passivos Financeiros	45 000	3%	45 000	2%	0	0%
	1 334 365	100%	1 831 819	100%	2 222 944	100%

No ano de 2023:

- As **Receitas Próprias** (IMI, Taxas, Vendas de Bens e Serviços) registaram o valor de 374.261 €, representando cerca de 17% do total da Receita arrecadada.
- As Receitas provenientes das Transferências do **Município de Gondomar** ascenderam a 418.209 €, representando mais de 19% do total.
- As Receitas provenientes das Transferências **Administração Central** (Estado) cifraram-se em 560.021 € correspondentes a 25% do total.
- As Receitas provenientes das **Transferências de Competências (Lei 50/2018)** ascenderam a 567.691 € correspondentes a cerca de 26% do total.

- As Receitas provenientes das Transferências devidas pela **Participação comunitária em projetos cofinanciados** ascenderam a 122.763 € correspondentes a cerca de 6% do total.
- As Receitas transferidas pelo **IEFP** ao abrigo dos diferentes programas registaram o valor de 150.567 €, representando 7%.
- **Outras Transferências** ascenderam a 29.432 €, representando 1% do total.
- Não há Receitas com origem em **Passivos Financeiros** (empréstimos bancários).



Quadro 5 – Evolução da Estrutura das Receitas

- Da análise comparativa da Estrutura da Receita e da sua evolução entre 2022 e 2023, verifica-se que, no biénio em análise, as **receitas próprias**, subiram cerca de (+) 77.715 €. Este incremento está, desde logo, relacionado com o capítulo da 'Vendas de Bens e Serviços' que registou um incremento de (+91.773 €), a maior parte, como já foi referido, relacionado com a dinâmica acrescida nas atividades da USG (Universidade Sénior de Gondomar) que geraram maior volume de receitas.
- As receitas provenientes das transferências do **Município de Gondomar**, derivadas maioritariamente dos acordos de execução estabelecidos, registaram em 2023 uma diminuição de (-) 21.280 € equivalentes a (-) 5%.

- As transferências provenientes do **Estado** registaram em 2023 um valor superior ao do ano anterior (+12.454 €), justificados, em larga medida, pelo aumento das verbas transferidas do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias) e das verbas ao abrigo do artigo 38.º n.º 8 da Lei 73/2013.
- O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), ao abrigo dos programas 'Medidas Contrato Emprego e Inserção', 'Estágios' e 'GIP', em 2023, transferiu para esta autarquia valores significativamente superiores (+ 55.185 €) aos registados no ano anterior.
- Os valores da **Transferências de Competências** (Lei n.º 50/2018 – Descentralização) foram, em 2023, na ordem dos 567.691 €. Este registo é superior ao ano anterior (+331.153 €), porque, como já referimos acima, em 2022 esta transferência apenas se tornou efetiva a partir de Agosto e em 2023 já abrangeu o ano inteiro.
- As transferências provenientes do **Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados**, registaram em 2023 um valor inferior ao ano anterior (- 22.814 €).
- Os valores das **Outras Transferências**, em 2023, foram ligeiramente superiores aos registados no ano transato (+3.712 €).
- Os **Passivos Financeiros** (empréstimos bancários), em 2023, não houve necessidade de contrair qualquer empréstimo para fazer face a constrangimentos circunstanciais de tesouraria.

1.3 ANÁLISE DA DESPESA

- **Despesa pública** é o conjunto de dispêndios realizados pelas entidades públicas para custear os serviços públicos prestados à sociedade (**despesas correntes**) ou para a realização de investimentos (**despesas de capital**).
- Na ótica da contabilidade pública a "**despesa total**" ou "**despesa orçamental**" compreende todos os gastos que assumam expressão orçamental. Neste âmbito identifica-se toda e qualquer transação com a aquisição de bens e serviços, juros, subsídios, prestações sociais, remunerações, investimentos (despesa efetiva), bem como toda e qualquer transação com ativos e passivos financeiros – empréstimos bancários ou aplicações financeiras (despesa não efetiva).

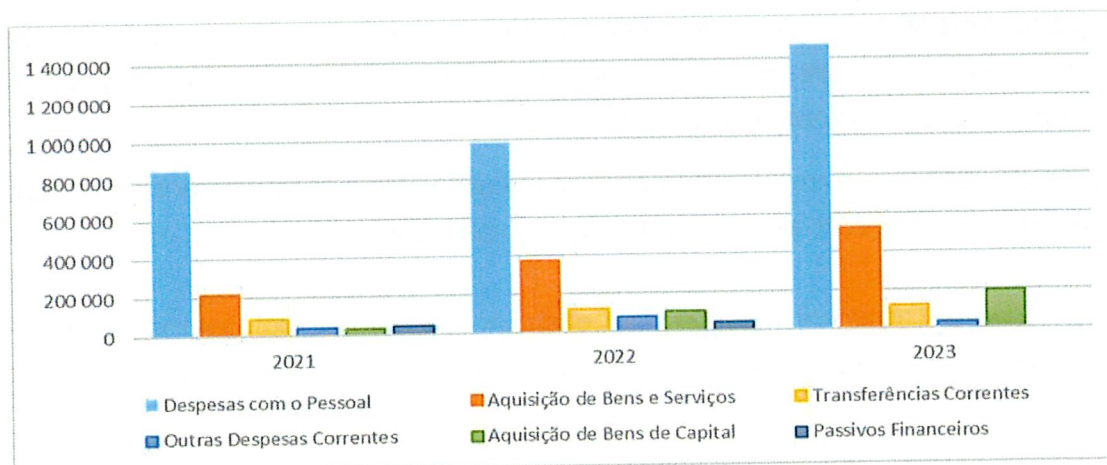
- Na análise da Despesa Pública temos ainda o conceito de **Despesa corrente primária** - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos. No caso concreto desta autarquia as suas rubricas de juros e outros encargos registam anualmente valores residuais e às vezes nulos (ano de 2023) e dizem respeito a despesas relacionadas com empréstimos bancários; Assim sendo, esta análise da Despesa Primária torna-se, aqui, pouco relevante.

1.3.1 ANALISE COMPARATIVA DA DESPESA

O Quadro 6, abaixo, tem por objetivo mostrar quais são os grandes agrupamentos da Despesa e quais foram os valores realizados e o seu peso percentual em 2020 e em 2019.

Quadro 6 – Mapa das Despesas por Agrupamentos

	2021	2022	2023	%
Despesas Correntes				
01 - Despesas com o Pessoal	857 742,35	983 900,13	1 471 141,05	63%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	217 791,95	372 192,69	521 513,53	22%
03 - Juros e Outros Encargos	806,25	1 106,13	0,00	
04 - Transferências Correntes	87 667,48	118 831,69	118 643,23	5%
05 - Subsídios				
06 - Outras Despesas Correntes	40 910,54	78 445,29	36 320,40	2%
Total Despesas Correntes	1 204 918,57	1 554 475,93	2 147 618,21	92%
Despesas de Capital				
07 - Aquisição de Bens de Capital	34 064,94	103 724,01	194 208,76	8%
08 - Transferências de Capital				
09 - Ativos Financeiros				
10 - Passivos Financeiros	45 000,00	45 000,00	0,00	0%
Total Despesas Capital	79 064,94	148 724,01	194 208,76	8%
TOTAL DA DESPESA	1 283 983,51	1 703 199,94	2 341 826,97	100%



Principais conclusões:

- Da análise deste Quadro, ressalta que a **Despesa Total** realizada no ano de 2023 registou um valor superior ao do ano anterior (+) 638.627 € (+ 37,5%). Este diferencial é explicado, em larga medida, pelo aumento das '**Despesas com Pessoal**' (+ 487.241 €) e com a **Aquisição de Bens e Serviços**' (+149.321 €) que estão relacionadas com as novas competências desta autarquia ao nível da limpeza urbana que obrigaram à contratação de novos colaboradores e à aquisição de muitos mais bens e serviços nomeadamente locação operacional de viaturas, combustíveis, vestuário de trabalho, ferramentas e utensílios, assistência técnica etc.
- O agrupamento da Despesa '**Transferências Correntes**', relacionadas especialmente com parcerias com o IEFP no âmbito dos chamados 'Programas ocupacionais', registaram praticamente o mesmo valor do ano anterior (- 188 €).
- A '**Aquisição de Bens de Capital**' (investimento realizado) foi outro agrupamento da Despesa que teve uma subida com algum significado (+90.485 €) com uma execução em 2023 de **194.209 €**. Este acréscimo no valor do investimento realizado está também relacionado com a nova competência da autarquia na área da limpeza urbana que obrigou à aquisição de novas viaturas, máquinas e outros equipamentos.
- As **Despesas com Pessoal** são o maior agrupamento da 'Despesa' tendo, em 2023, um peso específico na ordem dos **63%** da despesa total, que compara e supera os 58% registados no ano anterior.

1.3.2 TIPOLOGIA DA DESPESA

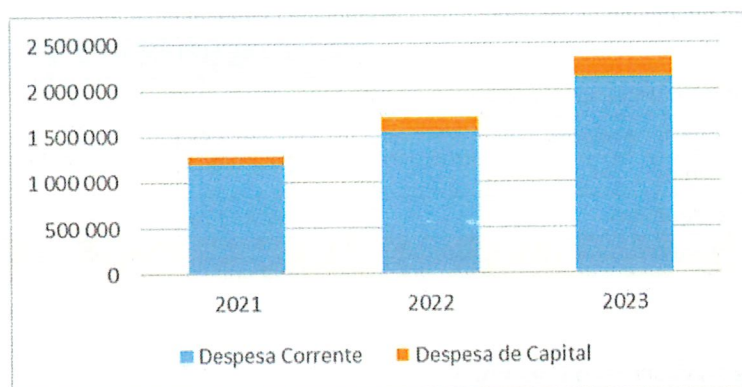
As despesas correntes – na ótica de contas nacionais, a despesa corrente é composta por despesas com pessoal, consumo intermédio, prestações sociais (transferências), subsídios, juros e outra despesa corrente extraordinária.

A despesa de capital compreende despesas de investimento e as transferências de capital em forma de subsídios atribuídos para obras e equipamentos.

- O Quadro 7 (abaixo) mostra-nos a evolução do volume de Despesa realizada no quadriénio conforme a sua tipologia – despesas correntes e despesas de capital.

Quadro 7 – Tipologia da Despesa no quadriénio

	2020	2021	2022	2023
Despesa Corrente	1 180 579,59	1 204 918,57	1 554 475,93	2 147 618,21
Despesa de Capital	73 488,13	79 064,94	148 724,01	194 208,76
Total das Despesas	1 254 067,72	1 283 983,51	1 703 199,94	2 341 826,97



Na análise deste quadro sobressai o forte crescimento da despesa realizada nos dois últimos anos com especial ênfase neste ano em análise de 2023 em que se registou um incremento na ordem dos 37,5%, mesmo não havendo registo de qualquer passivo financeiro (empréstimo). Todavia não é expectável que esta autarquia, nos anos futuros, tenha crescimentos da despesa realizada nesta ordem de grandeza porque não está programada qualquer nova transferência de competências por parte do Município de Gondomar.

2. DÍVIDAS A FORNECEDORES E AO ESTADO

Esta autarquia, no final do ano de 2023, não registava qualquer valor em dívida que pudesse ser considerado «Pagamentos em atraso» ou seja contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Ainda assim, tinha faturas (e outros encargos) registadas – ‘Obrigações’ - no valor de **21.834,37 €** na sua totalidade ainda não vencidas.

3. ANÁLISE AO BALANÇO

Os Quadros seguintes apresentam, de forma sintética, os dados referentes à Estrutura do Ativo, Fundos Próprios e Passivo no final de 2023:

Quadro 7 - Estrutura do Ativo no final de 2023

	ATIVO LÍQUIDO	
	ATIVO NÃO CORRENTE	
- Ativos fixos tangíveis	11 129 913,64	11 135 077,48
- Propriedades de investimento	-	
- Ativos intangíveis	5 163,84	
	ATIVO CORRENTE	
- Clientes, contribuintes e utentes	-	65 156,25
- Outras contas a receber	2 922,49	
- Diferimentos	-	
- Caixa e depósitos	62 233,76	
TOTAL ATIVO		11 200 233,73

Quadro 8-Fundos Próprios e Passivo

	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
- Património	11 160 298,14	
- Reservas	-	
- Resultados Transitados	134 912,75	
- Outras Variações	3 611,78	
- Resultados Líquidos Período	-120 515,78	
TOTAIS PATRIMÓNIO LÍQUIDO	11 178 306,89	
	PASSIVO	
Passivo não corrente		
- Outras contas a pagar	92,47	
Passivo corrente		
- Fornecedores	5 418,53	
- Estado e outros entes públicos	16 379,62	
- Fornecedores de Investimentos	-	
- Outras contas a pagar	36,22	
TOTAIS PASSIVO	21 926,84	
TOTAIS PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		11 200 233,73

- A 31 de dezembro de 2023, o Total do Ativo fixou-se nos 11.200.233,73 €.
- O 'Ativo Não Corrente' (Ativos Fixos) traduz-se na tipologia com maior peso do Ativo. Corresponde a mais de 99 % deste tipo de Ativo, com os 'Cemitérios' a contribuírem largamente para este valor.

- O 'Ativo Corrente', em 2023, registava o valor de 65.156,25 €. Corresponde a menos de 1% da estrutura do Ativo, com especial relevância para 'Caixa e depósitos' com um valor de 62.233,76 euros.
- O 'Património Líquido' registava no fim de 2023, um montante na ordem dos 11.178.306,89 €. Aqui estão incluídos os valores negativos do 'Resultado Líquido do Período' (-) 120 515,78 €, o valor dos 'Resultados Transitados' (134.912,75 €) e o valor das 'Outras Variações Património' (3.611,78).
- No que se refere ao Passivo, o exercício de 2023 apresenta um valor na ordem dos 21.926,84 €. Isto, porque, em primeiro lugar, fechou o ano de 2023 praticamente sem dívidas a 'Fornecedores' e as dívidas ao 'Estado e outros entes públicos' são apenas aquelas derivadas das retenções feitas nos vencimentos de Dezembro que são entregues no mês seguinte. Como esta autarquia não aplicou em 2023 o princípio da especialização do exercício a rubrica das 'Outras contas a pagar' apresenta também um valor residual.

4. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- A Demonstração de Resultados é uma demonstração financeira, de carácter obrigatório, na qual se pretende dar uma visão económico-financeira, simplificada, de uma organização. Esta ferramenta não é mais que um 'filme' da atividade de uma entidade, explicando e demonstrando como foi gerado o Resultado Líquido num dado período contabilístico.

Desenvolvem-se explicitamente os tipos de Demonstrações de Resultados existentes, efetuando uma análise fundamentada dos modelos que constam nas normativas, assim como a relação que existe entre a Demonstração de Resultados e o Balanço.

Os Gastos, os Rendimentos e os Resultados são os três elementos fundamentais que constituem a Demonstração de Resultados.

O Quadro seguinte apresenta uma síntese dos dados relativos à Demonstração de Resultados.

Quadro 9 - Síntese da Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas Vendas	188 235,91	187 100,42
Vendas	3 924,41	2 380,17
Prestações de serviços e concessões	178 444,12	90 979,55
Transferências e subsídios correntes obtidos	1 850 143,15	1 490 086,57
Custos das mercadorias vendidas	-2 767,11	-1419,22
Fornecimentos e serviços externos	-522 072,12	-377 578,18
Gastos com pessoal	-1 472 061,53	-972 796,81
Transferências e subsídios concedidos	-118 643,23	-118 831,69
Outros rendimentos	720,00	16271,5
Outros gastos e perdas	-36 552,54	-77 002,87
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	69 371,06	239 189,44
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-190 827,71	-148 565,57
Imparidade de investimentos	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-121 456,65	90 623,87
Juros e rendimentos similares obtidos	940,87	0,47
Juros e gastos similares suportados	-	-1 106,13
Resultado antes de impostos	-120 515,78	89 518,21
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	-120 515,78	89 518,21

Ao proceder-se à análise do Quadro 9 conclui-se:

- Os 'Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento' foram, em 2023, de (+) 69.371 €;
- O 'Resultado Operacional (antes de resultados financeiros)' foram de (-) 121.456,65
- O 'Resultado Líquido do Período' cifrou-se nos (-) 120.515,78 €.

5. ENDIVIDAMENTO

- Esta autarquia, em 2023, não contraiu qualquer empréstimo de curto prazo (passivo financeiro).

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

- Conforme o quadro acima (Demonstração dos Resultados) o resultado líquido do período (2023) foi negativo no montante de € **-120.515,78**.
- Propõe-se, assim, a seguinte aplicação de resultados:

Que o valor de € -120.515,78 seja transferido para a conta 561 – Resultados Transitados de Períodos Anteriores.

7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do período e até à data de elaboração do presente Relatório, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação evidenciada nas contas.

8. NOTA FINAL

As políticas contabilísticas estão adequadas às normas legais das entidades da administração pública - autarquias locais - salientando que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos.

As Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2023 traduzem com absoluto rigor as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação a atividades da Junta de Freguesia.

Gondomar, 11 Abril 2024